



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2729

1 Ao **primeiro** dia do mês de **agosto** de **2017** (dois mil e dezessete), reuniram-se, em caráter **ordinário**, na Sede da
2 Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB), sito a Avenida Borges de Medeiros, dois dois quatro quatro, sexto
3 andar, nesta capital, às dezoito horas e vinte e três minutos, os membros do Conselho Municipal de
4 Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA. Compareceram à reunião, à **MESA, Luiz Antonio Marques Gomes**,
5 vice presidente, titular da Região de Gestão de Planejamento seis (RGP 6), presidindo a reunião; **José Euclésio**
6 **dos Santos**, vice presidente, titular da Associação Gaúcha dos Advogados do Direito Imobiliário (AGADIE), e **Ana**
7 **Paula Tomasi**, Secretária Executiva e servidora da SMURB. Representando as **ENTIDADES**
8 **GOVERNAMENTAIS**, **José Francisco Rodrigues Furtado**, titular do Departamento Municipal de Habitação
9 (DEM HAB); **Richard Dias**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC); **Jussara Pires**, segunda
10 suplente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional (Metroplan); **Cássio Weber**, primeiro
11 suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Patrícia da Silva Tschoepke**, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo
12 (SMURB); **Rogério Baú**, titular da Secretaria Municipal de Gestão (SMGES); **João Batista**, titular da Secretaria
13 Municipal de Obras e Viação (SMOV); **Cristina Lenz Mentges**, primeira suplente, da Secretaria Municipal de Meio
14 Ambiente (SMAM), e **Livia Teresinha Salomão Piccinini**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
15 (UFRGS). Representando as **ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS**, **Darci Campani**, primeiro suplente da
16 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental (ABES); **Jorge Diogo de Jesus**, titular, e **Sérgio Saffer**,
17 primeiro suplente da Associação Riograndense dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Rogério Dal Molin**, primeiro
18 suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis (SINDIMÓVEIS); **Fernando Brentano**, e **Oscar Escher**, do
19 Instituto Urbano Ambiental (IUA); **Luis Felipe Vianna Mallmann**, segundo suplente da Ordem dos Advogados do
20 Brasil do RS (OAB/RS); **Sérgio Koren**, primeiro suplente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil
21 (SINDUSCON); **Jorge Larré Lopes**, titular do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil
22 (STICC), e **Eduardo Chula**, titular do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Terceira Região
23 (CRECI/SR). e representando a **COMUNIDADE**, **Daniel Nicheli**, titular da Região de Gestão de Planejamento Um
24 (RGP 1); **Adroaldo Venturini Barboza**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Dois (RGP 2);
25 **Jackson Santa Helena de Castro**, titular da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3); **Paulo Monteiro**,
26 primeiro suplente da Região de Gestão de planejamento Quatro (RGP 4); **Paulo Jorge Amaral Cardoso**, titular da
27 Região de Gestão de Planejamento Cinco (RGP 5); **Diaran Laone Camargo**, titular da Região de Gestão de
28 Planejamento Sete (RGP 7); **João Luiz Mores**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Oito (RGP
29 8), e **Emerson Gonçalves dos Santos**, segundo suplente do Orçamento Participativo, Temática Organização da
30 Cidade, Habitação, Desenvolvimento Urbano Ambiental (OP-OHCDUA). **Item Um. Abertura. Item Dois. Votação**
31 **da Ata.** Colocada em votação, a ata da última reunião, número dois sete dois oito, foi aprovada recebeu uma
32 abstenções e os demais votos favoráveis. **Ata Aprovada. Presidente** colocou em votação a inversão da pauta,
33 priorizando a ordem do dia em detrimento das comunicações. **Inversão aprovada. Presidente** deu início à Ordem
34 do Dia. **Item Quatro. Ordem do Dia. Processo Quatro Ponto Um. Expediente:** 002.050619.16.0. **Interessado:**
35 CMDUA. **Assunto:** Seminário de Planejamento. **Relator:** Comissão do Seminário de Planejamento.
36 **Encaminhamentos:** 1 – Definido o dia 07/12/2016 para realizar primeiro encontro em local a ser confirmado. 2 –
37 Definido o local do primeiro dia de seminário: Cinemateca Capitólio. Convites distribuídos aos conselheiros em
38 22/11/2016. 3 – Realizado o seminário preparatório em 07/12/2016. 4 – Em 07/03/2014: definida a retomada da
39 comissão em 14/03/2017. 5 – Em 04/04/2017: definir integrantes em 11/04/2017. 6 – Em 11/04/2017: definir nova
40 configuração da comissão em 18/04/2017. Definida se realizar reunião em 11/07/2017 para orientar os próximos
41 encaminhamentos. Comissão Instituída em 11/07/2017. Conselheira **Livia** (UFRGS) informou que a próxima
42 reunião ficou definida para o dia oito de agosto, informou que não estará presente e solicitou convocar suplentes da
43 UFRGS. **Adiado. Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:** 16.0.73498-9 (processo eletrônico). **Interessado:**
44 PMPA. **Assunto:** Parecer - Valores de Solo Criado. **Local:** Município de Porto Alegre. **Relator:** Comissão do Solo
45 Criado. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 11/04/2017 com apresentação pela UDRI. 2 – Vistas coletivas em
46 25/07/2017. Conselheiro **Campani** (ABES) pede adiamento em uma semana, também em nome de Livia, refere
47 que o processo eletrônico é complexo. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) refere que é difícil compreender o teor do
48 processo, necessita de auxílio, propõe formar grupo de trabalho para compreender e explicar. Conselheiro **Cássio**
49 (GP) solicita mais uma semana, diz que está se organizando contato com secretários para se tentar
50 posicionamento do governo. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) refere também a necessidade de auxílio e mais
51 explicações para a possibilidade de votação com a devida compreensão. **Presidente** informou que o processo
52 físico encontra-se em cuidados do João Batista, sugeriu que os que tenham dúvida consultem a versão impressa
53 se facilitar. Conselheiro **João Batista** (SMOV) opinou que o principal problema seja o da interpretação dos dados
54 do processo, no que pese haver a complexidade do processo eletrônico, disse que compreendeu mas depois de
55 muita análise, opina que seria de bom grado que alguém que possa se aprofundar, pudesse melhor explicar.
56 Conselheiro **Emerson** (OP) sugeriu apresentação via *Power Point* para esclarecer. Conselheiro **Fernando** (IUA)
57 sugere reflexão sobre a dificuldade de compreensão lembrou disponibilidade de Paulo Loge para apresentar a
58 aplicabilidade do solo criado em cidade de São Paulo. Conselheiro **Daniel** (RGP 1) reitera manifestação de
59 Emerson. Conselheiro **Campani** (ABES) sugere que a apresentação conte com a presença de SMF. Conselheiro



ATA 2729

1 **Jorge de Jesus** (AREA) sendo o material complexo explica que se procurou ilustrar as diferenças de valorização
2 entre locais da cidade que seriam incoerentes, está a disposição para explicar, deu exemplos. Conselheiro **Sérgio**
3 **Koren** (Sinduscon) refere a dificuldade de compreensão pelos conselheiros e pela comissão também, a referencia
4 feita por Jorge ilustra intenção de maior compreensão e de se relacionar à realidade, opina que as discussões
5 evidenciam que a votação não pode ser feita sob questões não compreendidas, o que está se propondo é que o
6 CMDUA analise a metodologia e interpretações, além de simplesmente concordar ou não com os valores
7 propostos. **Presidente** fala sobre os trabalhos da comissão e a complexidade do assunto ligado à engenharia
8 econômica. Conselheiro **Euclésio** (AGADIE) informou que há inquérito civil que tramita no MP, que já houve três
9 ofícios ao prefeito para esclarecer a questão, parece que o Executivo em sua nova configuração tenta encontrar
10 solução, sugere convidar MP para estar presente na próxima reunião. Conselheiro **Furtado** (DEMHAB) opina que
11 primeiro deva se esclarecer a matéria no grupo para depois convidar MP. Opina melhor que na próxima reunião
12 haja apresentação didática para esclarecer o CMDUA. Conselheira **Lívia** (UFRGS) concorda, opina importante
13 haver a compreensão da equação, motivo que levou à instituição da comissão. Conselheiro **João Batista** (SMOV)
14 concordou com Furtado e Lívia mas gostaria de esclarecer situação colocada pela relatoria e que não concorda,
15 entende que o objeto da análise seja a aprovação ou não dos valores, devendo sim se votar sim ou não, não
16 cabendo neste processo específico se sugerir mudança na metodologia. Conselheiro **Campani** (ABES) questionou
17 as atribuições do CMDUA. Conselheiro **Campani** (ABES) questionou as atribuições legais do CMDUA quanto
18 assunto, lembra que atingem à aprovação da metodologia. Conselheiro **Rogério** (Sindimóveis) explicou, informou
19 histórico dos trâmites desde o início do processo, referiu que em dois mil e quatorze governo enviou valores e
20 metodologia, governo enviava os valores apenas, previsão de atualização semestral, refere os aumentos últimos
21 quais foram, referiu as incoerências geradas pela majoração proposta, CMDUA não aprovou, governo com parecer
22 da PGM manteve o aumento proposto via decreto, diante disto CMDUA ajuizou a questão pela falta de ouvidos ao
23 CMDUA, MP atendeu a solicitação do CMDUA, entendendo que deveria se respeitar posição do CMDUA, a
24 prefeitura contudo realizou leilão, o qual foi deserto, deu detalhes, referiu trabalhos da comissão, se chegou no
25 fator RH que compõe a equação da metodologia utilizada pela prefeitura, explicou significado e incoerências
26 geradas, as quais foram colocadas por Jorge, deu detalhes, e em resumo se entendeu que não se deve aprovar os
27 valores, mas se aprovar os de dois mil e quatorze os quais já estão em vigor e se analisar a metodologia. Houve
28 debates e diversas manifestações sobre o teor exato da análise e possibilidades de encaminhamentos, e em
29 estando o processo em vistas deliberou-se por continuar as discussões quando houver o seu retorno. **Adiado.**
30 **Processo Quatro Ponto Três. Expediente:** 001.003907.05.8. **Interessado:** CMDUA. **Assunto:** Parecer –
31 Definição de encaminhamento referente à aprovação de resolução com possível falta de consideração/referência
32 ao posicionamento da comunidade (Resolução de Alteração Parcial de Gravame de Área Verde para Terminal de
33 Transporte Público). **Local:** Parte da Praça José Luiz Carneiro Cruz – Jardim do Salso (no quarteirão formado
34 pelas ruas Dr. Affonso SanMartin, Graciliano Ramos, Prof. Pedro Santa Helena e Viela Dois Jardim do Salso).
35 **Relator:** SMAM. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 25/04/2017. 2 – Vistas à RGP 4 em 25/04/2017. 3 – Novo
36 prazo estipulado para devolução de vistas: 16/05/2017. 4 – Retornou ao relator em 16/05/2017. Em diligências à
37 SMAM em 30/05/2017. Em diligências à EPTC em 20/06/2017. Definido encaminhamento em 20/06, de fato
38 enviado em 11/07/2017. Não retornou. Conselheiro **Richard** (EPTC) informou que a assessoria comunitária já está
39 gerenciado o caso, tendo sido verificada viável a proposta recebida. **Adiado. Processo Quatro Ponto Quatro.**
40 **Expediente:** 002.050043.17.0. **Interessado:** CPU/SMURB. **Assunto:** Resolução – Gravame de Área Verde. **Local:**
41 Quarteirão formado pela Avenida das Indústrias, Rua Bartolomeu Bernardi e Avenida Severo Dullius – Anchieta.
42 **Relator:** DEMHAB. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 30/05/2017. Vistas ao Sindimóveis e ABES em
43 30/05/2017, conjuntamente ao GP em 06/06/2017. Em diligências à SMURB em 20/06/2017. Não retornou. **Adiado.**
44 **Processo Quatro Ponto Cinco. Expediente:** 002.050051.17.2. **Interessado:** CPU/SMURB. **Assunto:** Resolução
45 – Alteração de Gravame de Áreas de Escola e Praça e Inclusão de Gravame de Equipamento Público de Saúde.
46 **Local:** Rua Colina – Aberta dos Morros /Campo Novo. **Relator:** METROPLAN. Encaminhamentos: Relatado em
47 27/06/2017. Em diligências à SMURB em 27/06/2017. Retornou. Conselheira **Jussara** (Metroplan) reiterou teor,
48 questão simples mas teve dúvida por envolver regularização fundiária e origem em processo eletrônico e mais dois
49 expedientes, os quais não estavam disponíveis, solicitou essas informações e assim foi feito, fez a leitura da
50 manifestação do setor de regularização fundiária da SMURB, projetou imagens para localizar o local, referiu a
51 dúvida em relação à praça, a parte de área pública é reduzida consideravelmente contudo está ocupada por
52 famílias, a questão envolve dois loteamentos, dois processos, deu detalhes e se posicionou favorável à aprovação
53 da resolução. Solicitou à SMURB que quando os processos sejam oriundos de outros, esses devem acompanhar
54 ou conter histórico para a compreensão. Conselheiro **Campani** (ABES) questiona se está se atendendo a previsão
55 em termos de área. Se estão atendidas as áreas previstas legalmente para uso público. Relatora informa que a
56 SMURB manifesta que é possível efetivar. Conselheira **Patrícia** (SMURB) informa que todos os processos de
57 regularização fundiária tramitam na PGM previamente, e sanando essas questões jurídicas tramitam na SMURB
58 para as questões técnicas. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) questionou sobre a praça, Conselheiro Furtado
59 (DEMHAB) explicou funcionamento das análises das regularizações, Vice Presidente **Euclésio** (AGADIE) assumiu
60 a presidência dos trabalhos. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) solicitou vistas. **Vistas à RGP 6 . Processo Quatro**



ATA 2729

1 **Ponto Seis. Expediente:** 002.334427.00.4. **Interessado:** Tiago Volvato. **Assunto:** Conhecimento e
2 manifestação/deliberação - Tramitação processo com parecer do CMDUA (que tratou de pedido de reconsideração
3 a parecer da EPHAC). **Local:** Eça de Queiroz 333 – Petrópolis. **Relator:** RGP 6. **Encaminhamentos:** 1 Relatado
4 em 04/07/2017. Vistas conjuntas à RGP 1, Sinduscon, ABES, AGADIE e UFRGS em 04/07/2017. Retornou.
5 Conselheiro **Daniel** (RGP 1) informou teor, e trâmites, relembrou histórico dos trâmites e posicionou-se favorável à
6 manutenção do parecer prévio do CMDUA, favorável ao requerente. Conselheiro **Campani** (ABES) refere a
7 numeração das folhas do processo, indevida e algumas faltando, outras não numeradas e plantas soltas, entre
8 outros apontamentos sobre a falta de organização formal do expediente, refere também divergência em data da
9 homologação do parecer e do trâmite pelo gabinete do prefeito, referiu ainda a falta de parecer do relator no
10 processo, salientou importância de que seja anexado conforme define o regimento interno, inclusive para que
11 possa haver o próprio embasamento do parecer de vistas, referiu a DM e questão da validade, informou histórico
12 dos trâmites, análises feitas e informações pelos diversos setores, desde o início, em março de 2013, deu todo o
13 detalhamento, apontando para a constatação de que existe falta de comunicação entre os órgãos da prefeitura,
14 entre outras questões, por fim se posiciona pela reversão do ato do prefeito, que homologou o parecer do CMDUA,
15 em concordância com o que sugere a PGM, em seu parecer que foi anexado ao processo posteriormente à
16 primeira análise do CMDUA, fato que também entende ser definidor para que haja a nova manifestação do relator,
17 entende que é necessário agregar o princípio da precaução evitando a autorização para demolição até que seja
18 tomada decisão definitiva, se posiciona favorável à anulação da decisão do CMDUA. Conselheiro **Euclésio**
19 (AGADIE) ratifica posicionamento da RGP 1, se posicionando da mesma forma. Conselheiro **Daniel** (RGP 1)
20 concorda com a questão de falta de organização administrativa nos processos mencionadas, exemplifica outros
21 casos de problemas na numeração de páginas. Registra que o parecer do relator estava anexado no processo.
22 Disse que a aprovação do CMDUA na época tratou do posicionamento favorável à continuidade do processo de
23 aprovação e não à autorização para a demolição. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) opina que em estando faltando
24 páginas o processo deve ser encaminhando para sindicância. Conselheiro **Koren** (Sinduscon) concorda com erro
25 de paginação sistemático, mas opina que não se deve entrar nesse mérito, em relação ao teor explica seu
26 entendimento sobre os trâmites e que deve haver a manutenção do parecer do relator, bem como do parecer do
27 CMDUA, entende que município não teve a competência para oferecer a informação correta ao requerente, e que
28 este não deve ser penalizado. Conselheiro **Campani** (ABES) reiterou posicionamento, entende que o que está em
29 discussão na prática é se acatar o parecer da PGM ou não, o qual diz que a competência de avaliação do caso não
30 seria do CMDUA, mas do COMPAHC. Houve debate, foi discutido sobre os investimentos que teve o proprietário,
31 seus prejuízos ou não, entre outros aspectos. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) relembrou seu relatório à época, reitera
32 que se posicionou pela aprovação da continuidade da aprovação do projeto de edificação e não do pedido de
33 demolição. Concorda com as colocações sobre os problemas de paginação, mas opina que não deve ser este o
34 foco, disse que a mesa terá esta atenção para devolver para o setor de origem os processos que apresentarem
35 esses problemas, disse que fará a ajuste no seu parecer de relator e irá acompanhar o parecer de vistas da RGP 1.
36 Pede adiamento até a próxima semana. Processo retornou ao relator. **Adiado.** Conselheiro **Campani** (ABES)
37 solicitou esclarecer que o relatório mencionado pelo Conselheiro Daniel que consta no CMDUA é o de dois mil e
38 dezesseis, estando de fato faltando o relatório da presente análise. E assim ficou confirmado. **Processo Quatro**
39 **Ponto Sete. Expediente:** 002.050066.17.0. **Interessado:** URF/SMURB – Unidade de Regularização Fundiária.
40 **Assunto:** Resolução – Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. **Local:** Rua denominada
41 Caviana, Arquipélago, Ilha da Pintada. **Relator:** RGP 3. Conselheiro **Jackson** (RGP 3) solicitou prazo. **Adiado.**
42 **Processo Quatro Ponto Oito. Expediente:** 002.273528.00.8. **Interessado:** Axelrud Arquitetura e Assessoria.
43 **Assunto:** Parecer - EVU de Edificação. **Local:** Av. Cel. Lucas de Oliveira, 810. **Relator:** GP. **Encaminhamentos:** 1
44 – Apresentado pelo empreendedor em 25/07/2017. 2 – Vista Conjunta à RGP 1, RGP 3 e RGP 7 em 25/07/2017.
45 Conselheiro **Daniel** (RGP 1) solicitou mais uma semana, tendo em vista que irá haver visita ao local na quinta feira
46 e análise do processo na próxima reunião do Fórum 1, segunda feira próxima. **Adiado.** **Processo Quatro Ponto**
47 **Novo. Expediente:** 002.3255663.00.8. **Interessado:** Cia Zaffari Comércio e Indústria. **Assunto:** Parecer - EVU de
48 Edificação. **Local:** Av. Sertório, 3438 - Jardim São Pedro. **Relator:** CRECI. Conselheiro Eduardo (CRECI), relator,
49 solicitou prazo. **Adiado.** **Processo Quatro Ponto Dez. Expediente:** 002.050068.17.2. **Interessado:** Secretaria do
50 Estado do Rio Grande do Sul. **Assunto:** Resolução – Gravame de Traçado Viário e cadastramento. **Local:** Ruas
51 São Jorge-Coronel Aparício Borges e Tenente Camargo (trecho entre a rua A Morada do Sol e Avenida Rocio) –
52 Cel. Aparício Borges. **Relator:** RGP 4. Conselheiro Paulo (RGP 4), relator, apresentou. Informou teor, justificativas
53 e posicionou-se favorável. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) informou posicionamento também favorável. Não havendo
54 outras manifestações, a minuta de resolução foi colocada em votação e foi aprovada, recebendo duas abstenções
55 e os demais vinte e dois votos favoráveis. **Resolução 2499. Comunicações.** Conselheiro **Rogério** (Sindimóveis)
56 gostaria de fazer uma crítica ao IAB, que entrou na sexta feira com ação civil pública denunciando que o regime
57 urbanístico do Cais Mauá perdeu a validade e por isso solicitando a anulação de todas as aprovações e
58 licenciamentos, alegando que o relatório de impacto ambiental deveria ser feito de melhor forma, criticando
59 inclusive a fase de trâmites no CMDUA e comentando que haveria portaria do IPHAN, esta que enviou a todos
60 através da secretaria executiva para conhecimento, que prevê mudanças nas distâncias e alturas, o instituto solicita



ATA 2729

1 também que o projeto do shopping seja reavaliado para atender estas novas previsões, lamenta o que entende ser
2 ações paralelas, como também entende ter sido a realização de seminário nos mesmos moldes do que foi feito
3 pela SMURB, disse que é arquiteto mas não se sente representado desta forma, essas ações lhe parecem
4 tendenciosas, refere que a tramitação está em fase final para o licenciamento e agora IAB entra com essa ação,
5 lamenta. Conselheiro **Jackson** se solidariza com a fala de Rogério, lhe parece que as ações do IAB não levam à
6 construção, entende que o assunto do Cais tenha sido amplamente discutido no CMDUA e também na Câmara,
7 opina que seja fácil apenas criticar sem valorizar os trabalhos feitos, refere que são realizadas reuniões no mesmo
8 horário do CMDUA., lamentou. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) concorda e se solidariza, cumprimenta a presença na
9 reunião da antes conselheira da RGP 3, Helena, e do cientista político Sr. Avilaking. Conselheiro **Adroaldo** (RGP 2)
10 gostaria de trazer questão referente ao aumento das alíquotas de IPTU, aumento significativo que atinge a
11 comunidade de baixa renda, para dois mil e dezoito a proposta de lei tem datas que impossibilitarão as discussões,
12 propõe discutir a questão no CMDUA, refere que desde dois mil e quinze tem sido feito o aumento dos valores a
13 partir de fotografias aéreas, deu detalhes. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) gostaria de colocar situação que
14 atinge a EPTC, na ausência então refere à SMOV, questão que atinge Carris e trajeto de linha de ônibus no bairro
15 Glória, explicou e sugeriu revisão, reitera pedido de atenção à rua Guilherme Alves e Bento Gonçalves, em relação
16 á dificuldade à travessia de pedestres, refere também o bairro Teresópolis, que é escuro à noite, pediu que se pinte
17 muro de contenção em via, explicou localização na avenida Nonoai, a falta de luminosidade e a cor cinza impedem
18 a visibilidade, frisa que a pintura resolveria, assim como em outros pontos, cidade limpa e pintada, deu detalhes.
19 Informou ainda sobre a intenção de privatização do DMAE, existe a idéia de concessão, o que é muito grave, disse
20 também da sua preocupação com a falta de suporte da SMURB aos Fóruns, pede para se tentar levar a questão ao
21 secretário Maurício, tendo em vista o afastamento da servidora Rute, é necessário que haja alguém designado para
22 a função social. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) fala da preocupação com os projetos que estão sendo enviados à
23 Câmara, que atingem os funcionários municipais, nesse sentido indo de encontro à possibilidade de se criar grupos
24 de trabalho comprometidos a superar os desafios da administração da cidade. Refere a questão do DMAE que
25 causa incompreensão pela sua produtividade, departamento que sistematicamente resolve problemas financeiros
26 da PMPA. Percebe que o governo está perdendo a liderança na Câmara face retirada de conquistas da população
27 como o que envolve as passagens, percebe que lideranças estão apreensivas pela pouca importância que vem
28 sendo dada às instituições democráticas que ao longo dos anos foram conquistadas, lamenta estar dizendo essas
29 palavras. Conselheiro **Emerson** (OP) refere fala do prefeito no dia no rádio de que os repasses que haveriam até
30 dois mil e trinta e dois foram utilizados para pagar a folha de pagamento. Conselheiro **Jackson** (RGP 3) refere
31 também a dificuldade de realizar reunião sem a presença da servidora Rute e assistência da SMURB. Disse que
32 percebeu haver até certo constrangimento por parte dos servidores em informar que não existia quem pudesse
33 explicar questões solicitadas. Concorda que precisaria haver apoio e que as Regiões deveriam fazer manifestação
34 à respeito dessa necessidade ao governo. Conselheiro **Rogério** (Sindimóveis) referiu indicação que teria sido feita
35 pelo governo aos servidores da SMAM para suposta redução de jornada de trabalho, o que deixou servidores
36 paralisados frente à redução substancial que haveria nos salários, refere que todos estão apreensivos e que toda a
37 alteração que vem sendo feita na prefeitura exigiria dos funcionários, os quais seriam os responsáveis por fazer a
38 estrutura funcionar, mas estas ações vão de encontro à motivação necessária, entende necessário alertar para a
39 importância de valorizar os funcionários nesse processo. **Item Cinco. Término.** Às vinte horas e trinta minutos,
40 foram encerrados os trabalhos do CMDUA. Eu, **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora, juntamente
41 com o presidente da sessão, vice presidente do CMDUA, **Luiz Antonio Marques Gomes**, e também do vice
42 presidente **José Euclésio dos Santos**, compondo a mesa diretiva, assino e lavro a presente ata.
43
44
45
46
47
48

49 **Ana Paula Tomasi**
50 Secretária Executiva
51 Relatora

52 **Luiz Antonio Marques Gomes**
53 Vice Presidente CMDUA
54 Comunidades

55 **José Euclésio dos Santos**
56 Vice Presidente CMDUA
57 Entidades Não Governamentais

58
59 **Ata aprovada na sessão do dia 08/08/2017, sem retificações.**

60
61 **O áudio da sessão encontra disponível na Secretaria Executiva do CMDUA**